

Sentidos e Significados do Trabalho na Percepção de Trabalhadores Multissetoriais

Senses and Meanings of Work in the Perception of Multisectoral Workers

Valéria Araújo Furtado

Universidade Federal do Ceará

valeriappac@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2606-8719>

Ana Paula Moreno Pinho

Universidade Federal do Ceará

ana.pinho@ufc.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9671-8559>

RESUMO

O trabalho caracteriza-se como elemento central na vida do homem e a importância de seu significado confronta-se com a incoerência de condições laborais degradantes. O objetivo deste estudo é analisar como empregados pertencentes a diferentes setores produtivos e níveis de estabilidade percebem aspectos relacionados à precarização das suas condições de trabalho. Trata-se de uma pesquisa qualitativa realizada através de entrevistas semiestruturadas com dezesseis trabalhadores de três categorias distintas: servidores públicos, industriários e motoristas de aplicativo. Os resultados apontam diferenças significativas sobre a percepção das condições de trabalho para os três grupos analisados, onde estrutura física deficiente, escassez de recursos, problemas de segurança pública da cidade e carência de suporte e infraestrutura da empresa foram alguns dos principais elementos evidenciados pelos participantes. Este estudo concluiu que mais políticas públicas e legislativas devem ser criadas visando a proteção e defesa do trabalhador reduzindo a degradação e precarização das suas condições de trabalho.

Palavras-chave: Condições de trabalho; Precarização do trabalho; Trabalhadores multissetoriais; Sentidos e significados do trabalho.

ABSTRACT

Work is characterized as a central element in man's life and the importance of its meaning is confronted with the incoherence of degrading working conditions. The objective of this study is to analyze how employees belonging to different productive sectors and levels of stability perceive aspects related to the precariousness of their working conditions. This is a qualitative research carried out through semi-structured interviews with sixteen workers from three different categories: public servants, industrial workers and app drivers. The results point to significant differences in the perception of working conditions for the three groups analyzed, where poor physical structure, scarcity of resources, public safety problems in the city and lack of company support and infrastructure were some of the main elements highlighted by the participants. This study concluded that more public and legislative policies must be created aiming to protect and defend workers, reducing the degradation and precariousness of their working conditions.

Keywords: Work conditions; Precariousness of work; Multisectoral workers; Senses and meanings of work.

Introdução

O contexto de trabalho brasileiro, atualmente, é caracterizado por uma profunda transformação dupla e incoerente, determinada, de um lado, pelo importante significado atribuído ao trabalho pelo indivíduo (Do Nascimento et al., 2019) e, do outro, pela insegurança no emprego devido ao desenvolvimento da flexibilidade do trabalho, aumento do desemprego, por muitas vezes sem jornadas pré-estabelecidas, sem remuneração fixa ou atividade pré-determinada (Antunes, 2018). Antunes e Filgueiras (2020) destacam que se vive no Brasil um momento de contradição no capitalismo contemporâneo, tendo em vista o surgimento de novas formas de trabalho, entretanto, descortinando a perceptível e crescente falta de limites a sua exploração, assim como à precarização de suas condições.

Segundo Cezário e De Araújo (2021) e Krein et al. (2018), este contexto vem acompanhado pela falta de opção de outras formas de trabalho, associada à necessidade de obtenção imediata de renda para sobrevivência, nos quais os elementos centrais das relações de emprego apresentam uma flexibilidade histórica, expressa em um mercado de trabalho pouco estruturado.

Cezário e De Araújo (2021) ainda destacam que a instabilidade das relações de trabalho é apenas um dos fatores decorrentes da constante troca de mão de obra no qual o Brasil encontra-se imerso. Já para Antunes (2011), o país está entregue a um significativo e intenso processo de informalização e precarização da classe trabalhadora e o trabalho mais formalizado vem gradativamente sendo substituído pelas mais variadas formas de informalidade laboral, o que configura maneiras distintas e diferenciadas de precarização.

Desta forma, De Freitas, Rostas e Rostas (2022) destacam que a precarização do trabalho é um fenômeno multidimensional e representa o maior desafio das sociedades contemporâneas, correspondendo à degradação das condições de trabalho e emprego, e é utilizado com mais frequência em relação ao trabalho informal, na qual extrapola a condição de informalidade e atravessa o processo de trabalho como um todo (Abílio, Amorim & Grohmann, 2021). Abílio (2017, 2020) destaca que uma das mais emergentes formas de precariedade do trabalho disfarçada de assalariamento diz respeito ao fenômeno da uberização, no qual o trabalhador parecer ter total liberdade sobre o seu trabalho, gerando uma falsa sensação de autonomia, porém esta realidade é configurada por uma relação de trabalho desregulada e desobrigada de vínculos empregatícios, onde as empresas aparecem como meras mediadoras entre a oferta de trabalho e a procura de serviços.

Por outro lado, formas de precarização das condições de trabalho também se tornaram normalizadas mesmo em setores e atividades que costumavam ser vistos como seguros (Forkert & Lopes, 2015) como percebe-se em um serviço público gradativamente prejudicado pela ausência de investimentos e no aumento desregrado da terceirização (Braunert & Figueiredo, 2021; Druck, 2016). Desta forma, a instabilidade e insegurança no trabalho, particularidades específicas que eram observadas anteriormente em atividades laborais de pouca qualificação (Antunes, 2020), aplicam-se também ao trabalho qualificado, no qual assume um caráter estrutural a todo o contingente de profissões (Previtali & Fagiani, 2020).

Desta maneira, uma das principais contribuições desta pesquisa trata-se da relevância de examinar as condições laborais em setores distintos e as inúmeras consequências que ele outorga tanto para os empregados como para suas famílias e sociedade, já que este é intimamente ligado a outros eventos sociais, econômicos e políticos. Assim, deseja-se o fortalecimento de políticas públicas que visem à proteção do trabalhador coibindo a degradação das suas condições de trabalho. Ademais, há de destacar-se que o trabalho precário produz insegurança e volatilidade econômica para indivíduos e lares (Kalleberg, 2009). Este estudo também busca preencher uma lacuna de estudos empíricos qualitativos nacionais elaborando um paralelo sobre os significados e as condições do trabalho entre categorias de trabalhadores imersos em contextos laborais diferentes, quais são: servidores públicos, industriários e trabalhadores da economia compartilhada.

Desta forma, ante o exposto, aflora-se a pergunta desta pesquisa: Como empregados pertencentes a diferentes contextos laborais percebem aspectos relativos à precarização das condições de trabalho nos quais são submetidos?

Para tanto, este estudo tem como objetivo geral analisar como empregados pertencentes a diferentes setores produtivos e níveis de estabilidade percebem aspectos relacionados à precarização das suas condições de trabalho. Deste modo, para atingir o objetivo proposto este artigo foi dividido em seis partes, iniciando-se por esta introdução. Na segunda e terceira partes são apresentadas breves considerações sobre os temas – sentidos e significados do trabalho e precarização. Na quarta, é apresentada a metodologia, seguida pela quinta parte onde são evidenciados os resultados e a discussão. Por fim, são apresentadas as considerações finais com a análise geral dos achados do presente estudo.

Sentidos e significados do trabalho

O âmbito do trabalho foi uma das esferas que sofreu maior impacto com a globalização do capital, atingindo inúmeras questões, sobretudo, no que se refere ao trabalhador (Lima, 2020). Para se compreender como configura-se atualmente a nova forma de ser do trabalho e da classe trabalhadora, é necessário partir de uma concepção ampliada do que seja esta categoria, tendo em vista que ela compreende a totalidade de assalariados e indivíduos que se sustentam a partir da venda de sua força de trabalho (Antunes & Alves, 2004).

Desta forma, é evidente que a globalização proporciona inúmeros ganhos, inclusive a diversas configurações de trabalho existentes, ganhos esses que resultam do intercâmbio cultural, da troca de experiências entre profissionais e organizações, do convívio com a realidade mundial, do fluxo e rapidez da informação, além da utilização da tecnologia e seus avanços que dão suporte aos processos de trabalho. Porém, diante das transformações que esse cenário sinaliza, enxerga-se, nesse contexto globalizado, impactos dos mais diversos tipos nos campos do cenário produtivo mundial e nas práticas de trabalho, bem como nas relações entre empregadores e empregados, vínculos estes que se configuram como tema recorrente de discussões nesse contexto (Pinho, 2009).

Assim, segundo Sato (2010), o trabalho é considerado um elemento central na vida do homem e exerce tanto influências na área profissional como pessoal. Desta forma, trata-se de um fenômeno amplo que pode assumir diferentes concepções nas quais variam entre significados positivos ou negativos para os indivíduos. Isto posto, a forma como os indivíduos, fundamentados pelas suas vivências e percepções, compreendem e conceituam a própria atividade laboral é representada pelo fenômeno caracterizado como “sentidos e significados do trabalho” (Nunes et al., 2019).

Para Souza e Molin (2014) os sentidos atribuídos ao trabalho estão relacionados ao provimento da sobrevivência, autonomia, independência, integração social e realização pessoal. Já Salanova et al. (1996) destacam que a maioria das funções do trabalho corresponde a uma valorização positiva que este proporciona ao indivíduo, além de um lugar na sociedade, prestígio social, autorreconhecimento, respeito, oportunidade de adquirir e desenvolver habilidades, aquisição de recursos essenciais à sobrevivência, poder e controle sobre outras pessoas, informações e conhecimentos.

O estudo de Bastos, Pinho e Costa (1995) estudou o significado do trabalho entre sujeitos pertencentes a vinte organizações formais da região metropolitana de Salvador, Bahia. Os resultados referentes aos requisitos valorizados do trabalho demonstraram que diversos fatores relacionados à atividade laboral podem representar aspectos que os tornam mais atraentes para os indivíduos, agindo como fatores motivacionais ou fontes de satisfação. Bastos, Pinho e Costa (1995) verificaram que realização pessoal e rendimentos foram os produtos que receberam maiores escores.

Já Do Nascimento et al. (2019) estudaram o sentido do trabalho para agentes funerários, abordando suas três dimensões: individual, organizacional e social. Seus resultados apontaram que, apesar das dificuldades e limitações inerentes à profissão, os agentes funerários encontram sentido em seu trabalho, principalmente vinculado ao reconhecimento, possibilidade de desenvolvimento, sobrevivência, independência financeira, utilidade do seu trabalho para a sociedade e relações interpessoais.

A pesquisa de Nunes et al. (2022) sobre sentidos e significados do trabalho de servidores públicos docentes e técnico-administrativos de uma universidade federal revelou a predominância de sentidos positivos que relacionaram o trabalho a sua função social, ao orgulho da instituição, ao gostar do que se faz e a possibilidade de crescimento profissional e/ou pessoal. Em contrapartida, os sentidos negativos apareceram associados à precarização do trabalho e desvalorização do docente.

Diante do exposto é possível perceber que o trabalho é categorizado como uma atividade central na vida dos indivíduos e suas concepções estão diretamente ligadas, além da provisão da subsistência, à aspectos como integração social e realização pessoal.

Precarização do trabalho num país de antagonismos

De acordo com Duarte (2016), o cenário de instabilidade no mercado de trabalho brasileiro caracteriza-se como uma consequência do padrão de desigualdade imposto pelas instituições e pela acumulação capitalista, refletindo-se em empregos precários e níveis salariais aquém do patamar de subsistência. O autor ainda destaca que

esta instabilidade ganhou força e forma com o fenômeno da informalidade, quando emergiu em escala mundial.

Assim, o precariado é constituído por aqueles indivíduos que se encontram em formas de trabalho precárias, que não possuem segurança e nem garantias no trabalho e emprego (Standing, 2013), caracterizando uma nova fase de desconstrução do trabalho sem precedentes, aumentando os diversos modos de ser da informalidade e da precarização do trabalho (Antunes & Druck, 2015), representando um dos maiores desafios das sociedades contemporâneas (De Freitas, Rostas e Rostas, 2022). Desta forma, Trovão e Araújo (2018) destacam que, nesse contexto, o poder das empresas ganhou ainda mais força, o que criou condições claramente desfavoráveis em termos de inserção produtiva para os detentores da força de trabalho.

Portanto, no serviço público também tem sido estudadas possibilidades de precarização. Castel (2003) salienta, em seus estudos, o fenômeno da precarização da classe trabalhadora caracterizada como estável, ou seja, a fragilização e vulnerabilidade que ocorre mesmo àqueles trabalhadores que possuem um vínculo empregatício regular e constante. Deste modo, evidências da precarização no serviço público brasileiro são claramente expressas pela ausência de reajuste salarial, o crescimento das formas variáveis de remuneração, ampliação do quadro de funcionários temporários e terceirizados e a postura autoritária em relação às organizações sindicais (Braunert & Figueiredo, 2021; Druck, 2016; Gomes et al., 2012).

Assim, Druck (2016) ressalta que a natureza social da precarização do trabalho no serviço público possui significativa singularidade: por tratar-se de uma força de trabalho cujo valor de uso resulta em produzir bens públicos e, deste modo, servir à sociedade, o seu rebaixamento ou sua redução culminam em implicações diretas e visíveis ao conjunto da sociedade.

Entretanto, apesar de todo um discurso em prol da flexibilidade e das perdas evidentes, o trabalho no setor público continua atraente, mesmo que em condições menos favoráveis geradas pela perda de alguns direitos e benefícios, tendo em vista que ainda se identifica um significativo número de candidatos empenhados em vencer a disputada corrida por um emprego seguro no serviço público (Gomes et al., 2012). Deste modo, Oliveira et al. (2021) analisaram em seu estudo a percepção de servidores de uma Fundação Pública sobre a estabilidade e possibilidades de flexibilização. De acordo com seus resultados, os autores puderam afirmar que os servidores públicos são favoráveis à estabilidade do vínculo empregatício e que a consideram como um fator atrativo, associando a estabilidade mais a fatores positivos em detrimento de negativos.

Antunes (2009) destaca que, desde o início da reestruturação produtiva do capital, está ocorrendo uma tendência à redução do proletariado fabril, industrial, tradicional e especializado. Dando lugar a formas desregulamentadas de *labor*, reduzindo o contingente de trabalhadores estáveis, estruturados através de empregos formais, ampliando a aceitação por modalidades de trabalho precarizados provenientes da terceirização e subcontratação.

Neste mesmo sentido, Ciambalista (2006) evidencia que o trabalho da indústria, sobre o sistema de produção flexível, exige dos funcionários um ritmo de trabalho

intensificado, repetitivo e, por vezes, entediante; reforçado pela pressão psicológica, pela velocidade do trabalho, pela solicitação constante demandada por pares e superiores, exigência de metas de produção a serem cumpridas, pressão em termos de exigências de qualidade e, por fim, produtividades individual e grupal, onde as condições de trabalho nem sempre são as melhores. De Almeida et al. (2017), Choi et al. (2017) e Maimaiti et al. (2019) ainda destacam o surgimento de patologias muscoesqueléticas provenientes do trabalho no ambiente industrial evidenciando aspectos precarizantes também neste setor produtivo.

Todavia, no outro extremo da precarização encontra-se o fenômeno da uberização, marcado pela instabilidade, insegurança, imprevisibilidade de horas a cumprir, ausência de direitos assegurados e no qual o indivíduo deve estar *online* para atender ao trabalho intermitente (Antunes, 2018). Portanto, Abílio (2020) salienta que a uberização do trabalho define uma tendência em curso que abrange diferentes setores da economia, tipos de ocupação, níveis de qualificação e rendimento e condições de trabalho.

Assim, na uberização os custos e parte do gerenciamento do trabalho é transferido para o próprio indivíduo, desta forma, percebe-se uma clara desobrigação das organizações na proteção e garantias sobre esses trabalhadores, fazendo desvanecer das relações de trabalho direitos historicamente conquistados ao ser vendida para os indivíduos uma falsa ideia de autonomia e liberdade, na qual o trabalhador uberizado inicia sua jornada sem qualquer garantia sobre sua carga de trabalho, remuneração e o tempo necessário para obtê-la, tendo em vista que seu trabalho é remunerado na exata medida da demanda (Abílio, 2020).

Desta forma, ao analisarem em sua pesquisa o trabalho dos motoristas de Uber sob o enfoque da precarização, a fim de verificar se esse possui características de um trabalho precário, André et al. (2019) constataram que o trabalho dos motoristas de aplicativo pode ser compreendido como precário, tendo em vista que o único vínculo estabelecido entre esses e a empresa é representado por um cadastro no aplicativo, portanto não há qualquer direito, benefício ou auxílio fornecido pela organização. Os autores ainda salientam que, em sua maioria, os indivíduos entrevistados conseguem identificar seus trabalhos como precários à medida que o reconhecem pela jornada de trabalho excessiva, exploração e baixa remuneração; revelando suas compreensões de um trabalho degradante por razões que não estão no seu domínio.

Em sua pesquisa Silva (2019) destaca que a uberização se apresenta como um caminho aparentemente rápido e fácil para conseguir algum tipo de remuneração, no entanto caracteriza-se como uma prática mascarada, na qual o trabalhador é submetido às jornadas exaustivas, onde arca com todos os custos advindos da própria atividade laboral. A autora ainda destaca que a cada dia a uberização mostra estender-se também ao setor público.

Diante do exposto, percebe-se que o movimento oscilante do mercado de trabalho varia-se crescentemente entre a perenidade de um trabalho cada vez mais reduzido, intensificado e explorado, dotado de direitos, e, de outro lado, uma superfluidade crescente, provocadora de trabalho precarizado e informalizado, como via de acesso ao desemprego estrutural. Em outras palavras, trabalho mais qualificado para um grupo a cada dia menor e um labor cada vez mais instável e debilitado para um

conjunto ainda mais ampliado de indivíduos (Antunes, 2011). Desta forma, Fonseca et al. (2021) ressaltam o quanto a substituição dos vínculos de trabalhos formais e estáveis por relações flexíveis impactam diretamente na sociedade e na vida do indivíduo como um todo, reduzindo gradativamente o acesso a direitos trabalhistas até então historicamente conquistados, o que sugere aumentar a precarização das relações de trabalho.

Metodologia

Esta pesquisa se caracteriza como qualitativa, descritiva e exploratória (Collis & Hussey, 2005) e adotou a análise de conteúdo como método de análise dos dados (Bardin, 2011) onde os indivíduos foram escolhidos por meio da técnica de “Bola de Neve” (Biernacki & Waldorf, 1981). Para a coleta de dados, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com dezesseis trabalhadores pertencentes a três setores organizacionais da cidade de Fortaleza/Ceará: serviço público (6 entrevistados); indústria (5 entrevistados); e indivíduos que trabalham na economia compartilhada (5 entrevistados). Há de se destacar que quatro dos servidores públicos trabalham na esfera federal e dois na esfera municipal e que todos os motoristas de aplicativo que participaram da entrevista trabalham para a empresa Uber.

O roteiro de entrevista foi organizado com base em perguntas que questionavam as condições de trabalho e abordava a percepção sobre o que o trabalho proporcionava àqueles trabalhadores. Mais especificamente perguntou-se aos entrevistados: “O que o seu trabalho proporciona a você neste momento?” e “Como você avalia as condições de trabalho às quais é submetido?” Por se tratar de um roteiro semiestruturado, o entrevistador se sentiu livre para acrescentar questionamentos relacionadas às duas perguntas norteadoras do roteiro, a fim de complementar ou tirar dúvidas sobre o conteúdo emitido pelos entrevistados.

As entrevistas com os servidores públicos e industriários foram realizadas nas próprias organizações onde os sujeitos trabalham, já as entrevistas com os motoristas de aplicativo ocorreram no intervalo do trabalho.

Conforme Mason (2010), pesquisadores qualitativos não se devem preocupar com generalizações em sua pesquisa, mas sim em aprofundamentos. Desta forma, o critério principal de escolha da amostra não deve ser numérico, de modo que deve prevalecer a certeza do autor de que encontrou a lógica interna do seu objeto de estudo (Minayo, 2017). De tal maneira, nesta pesquisa detectou-se a saturação dos dados com a quantidade de dezesseis entrevistas.

A escolha de três setores – serviço público, indústria e economia compartilhada – deu-se pela diferenciação entre essas três categorias setoriais no que diz respeito ao nível de estabilidade no trabalho, o que favoreceu a possibilidade de estudar o fenômeno em indivíduos que atuam em perfis organizacionais diferentes e, deste modo, alcançar o objetivo do trabalho.

Ademais, determinou-se que tais trabalhadores deveriam atender ao critério de ocupar cargos operacionais nas suas respectivas organizações, conforme Quadro 1.

Quadro 1 - Ocupação dos entrevistados

Categoria	Sigla	Ocupação
Servidor Público	SP1	Desenvolvedor de Sistemas
	SP2	Assistente de Gestão em Educação Superior
	SP3	Fiscal de Atividades Urbanas, Controle Urbano e Vigilância Sanitária
	SP4	Policia Rodoviário Federal
	SP5	Analista de Sistemas
	SP6	Agente Administrativo
Industriário	ID1	Analista de Recursos Humanos
	ID2	Analista de Processos
	ID3	Executivo de Contas II
	ID4	Técnica de Segurança do Trabalho
	ID5	Técnico de Estabilidade
Economia Compartilhada	EC1	Motorista de Aplicativo
	EC2	Motorista de Aplicativo
	EC3	Motorista de Aplicativo
	EC4	Motorista de Aplicativo
	EC5	Motorista de Aplicativo

Fonte: Elaborado a partir dos dados da pesquisa.

A codificação e categorização das informações coletadas nas entrevistas tiveram o auxílio do *software* ATLAS.ti na sua sétima versão. Também foi utilizado o *software* MindManager que auxilia na elaboração de elementos de representação visual.

Resultados e discussões

Neste tópico serão apresentadas as informações resultantes da análise das entrevistas acerca do fenômeno estudado, o qual foi dividido em duas seções, a saber: sentidos e significados do trabalho e percepções sobre as condições do trabalho. Cada sessão foi subdividida de acordo com a categoria de trabalhador analisada (servidor público, industriário e motorista de aplicativo) e os resultados advindos do seu estudo especificamente.

Sentidos e significados do trabalho

Sato (2010) destaca que o trabalho é considerado um elemento central na vida do homem e influi em vários aspectos no cotidiano do indivíduo. Isto posto, trata-se de um fenômeno amplo que pode assumir diferentes concepções. Desta forma, esta subseção tem como propósito identificar as percepções relacionadas aos sentidos e significados e ao que o trabalho proporciona para os sujeitos.

Quando os servidores públicos foram indagados sobre o que o trabalho proporciona para suas vidas naquele momento, foram identificados seis códigos mencionados pelos entrevistados, nos quais relataram significados positivos como: “**satisfação pessoal e profissional**”; “**conhecimento**”; “**sustento da família**”;

“tranquilidade”; “elevação moral”; e a “possibilidade de outras perspectivas pessoais e profissionais”, conforme o Quadro 2, e que podem ser representados por meio do relato dos entrevistados SP2 e SP5, respectivamente:

Conhecimentos, “n” perspectivas, quando a gente trabalha com conhecimento, com geração de conhecimento e de serviços a partir dele eu acho que isso nos dá uma perspectiva, diferentes perspectivas pessoais, profissionais que ao longo dos anos você vai aprendendo, se elevando moralmente, intelectualmente, espiritualmente, a partir do trabalho que você desenvolve (Entrevistada SP2).

Primeiro a satisfação de tá trabalhando no que eu me propus a trabalhar, né, eu gosto de fazer; o sustento da família que é o principal e relacionamentos, amizades, eu acho que também é importante você ir pro trabalho e ter com quem conversar né, é uma outra família que você vai (Entrevistado SP5).

Quadro 2 - O que o trabalho proporciona ao indivíduo - Servidores Públicos.

Categoria	O que o trabalho proporciona para o indivíduo
Servidores Públicos	Satisfação pessoal e profissional (3), conhecimento (2), sustento da família (2), tranquilidade (1), elevação da moral (1) e outras perspectivas pessoais e profissionais (1).

Fonte: Elaborado a partir dos dados da pesquisa.

Deste modo, tais achados corroboram com o que afirma Salanova et al. (1996), no qual reiteram que a maioria das funções do trabalho corresponde a uma valorização positiva para o indivíduo. Tais resultados também coincidem com a pesquisa de Oliveira et al. (2021), onde verificaram que servidores públicos atribuem à estabilidade da sua relação de trabalho mais fatores positivos do que negativos; assim como corroboram com o estudo de Nunes et al. (2022) na qual os servidores públicos analisados consideraram ao trabalho significados positivos relacionados à possibilidade de crescimento pessoal e profissional.

Desta maneira, pode-se compreender que o serviço público ainda é uma relação de trabalho desejada, na qual muitos indivíduos vislumbram adquirir estabilidade e benefícios acima da média, reforçando a concepção de que no setor privado brasileiro, sua instabilidade e evidências de precarização afugentam parcela significativa de talentos que poderiam agregar a este mercado.

Também se percebe que o item “**sustento da família**” coincide com um dos principais elementos valorizados no trabalho (rendimentos) verificados nas pesquisas de Bastos, Pinho e Costa (1995) e Do Nascimento et al. (2019), compreendendo que o salário constitui fator importante na percepção do que o trabalho proporciona para os indivíduos, independente no nível de estabilidade no qual estão vinculados em suas relações laborais.

Já os industriários, ao serem questionados sobre o que o trabalho imprime para eles neste momento, identificaram-se quatro códigos nos quais todos declararam que seu trabalho proporciona significados também positivos como: “**aprendizado**”; “**satisfação pessoal e profissional**”; “**reconhecimento**”; e “**dignidade**”, conforme o

Quadro 3. Há de se destacar que o item **reconhecimento**, identificado neste estudo, corrobora com os achados da pesquisa de Do Nascimento et al. (2019), demonstrando a relevância atribuída pelo trabalhador em ter o esforço do seu trabalho reconhecido pelos demais.

Quadro 3 - O que o trabalho proporciona ao indivíduo - Industriários

Categoria	O que o trabalho proporciona para o indivíduo
Industriários	Aprendizado (2), Satisfação pessoal e profissional (1), reconhecimento (1) e dignidade (1).

Fonte: Elaborado a partir dos dados da pesquisa.

Desta maneira, estes achados podem ser observados nos relatos da entrevistada ID1 quando esta diz: “Eu vou sempre bater nessa tecla do aprendizado, porque todos os dias a gente aprende alguma coisa, mesmo que seja repetitivo, você aprende com a pessoas”, assim como na descrição do indivíduo ID5 quando este fala: “Dignidade como ser humano, como pai de família, como filho, como marido, me proporciona condição de agir dentro de uma dignidade, um conforto mínimo”.

Ademais, ressalta-se, que tais elementos positivos também foram identificados nas falas dos servidores públicos e coincidem com os aspectos que o trabalho proporciona ao empregado destacados por Salanova et al. (1996) e Souza e Moulin (2014). Este resultado contraria a inferência de que indivíduos que não experimentam a vivência da estabilidade empregatícia do serviço público demonstrariam além de aspectos positivos, fatores negativos referentes ao que o trabalho os proporciona, atestando que a iniciativa privada oferece atrativos importantes na concepção dos sujeitos, apesar da instabilidade concedida pelo mercado.

Por fim, os motoristas de aplicativo caracterizam-se como o grupo inserido no mais acentuado contexto de instabilidade empregatícia entre os demais aqui analisados, experienciando a informalidade laboral, categorizando-se como a parcela de trabalhadores sem carteira assinada que se distanciam dos direitos trabalhistas vigentes no país.

Para este grupo foram identificados nove códigos quando estes foram inquiridos sobre o que o trabalho propicia para eles no atual momento, todos os sujeitos relataram que o labor proporciona para eles significados positivos como: “**remuneração**” e “**satisfação pessoal e profissional**”, fatores estes que coincidem com os itens mencionados pelos grupos anteriores. Entretanto, elementos como “**flexibilidade de horário**”, “**diversão**”, “**alegria**”, “**oportunidade de conhecer pessoas**”, “**oportunidade de construir amizades**”, “**oportunidade de conhecer a cidade**” e “**principal renda**” foram itens relatados somente pelos motoristas de aplicativo, conforme o Quadro 4.

Quadro 4 - O que o trabalho proporciona ao indivíduo - Motoristas de Aplicativo.

Categoria	O que o trabalho proporciona para o indivíduo
Motoristas de Aplicativo	Remuneração (2), Satisfação pessoal e profissional (2), flexibilidade de horário (1), diversão (1), alegria (1), oportunidade de conhecer pessoas (1), amizade (1), oportunidade de conhecer a cidade (1) e principal renda (1).

Fonte: Elaborado a partir dos dados da pesquisa.

Desta maneira, alguns desses códigos podem ser representados através das menções dos entrevistados EC1 e EC5, respectivamente: “Me proporciona muita coisa, além de ser o financeiro, me proporciona satisfação, conhecer pessoas, formas grupo de amigos, parceiros, conhecer mais a cidade, turistas” e “É renda, é satisfação, é... eu me sinto bem quando estou dirigindo, eu gosto, não é uma coisa estressante, pegar um trânsitozinho de vez em quando é meio chato, mas assim, no limiar de tudo eu me sinto muito bem dirigindo e ganhando dinheiro”.

Ainda há de destacar que alguns destes fatores, como “**remuneração**” e “**amizade**”, corroboram com os estudos de Bastos, Pinho e Costa (1995) e Do Nascimento et al. (2019) que também identificaram tais fatores como elementos valorizados pelos trabalhadores de suas pesquisas.

Em suma, é significativo ressaltar que, apesar de o fenômeno da uberização ser caracterizado pela ausência de freios legais à exploração do trabalho, legitimando, inclusive, a transferência de custos e riscos ao próprio trabalhador (Abílio, 2020); nesta etapa do estudo, observou-se que os motoristas de aplicativo entrevistados apresentaram uma percepção desprovida de críticas ou entendimento negativo no que diz respeito ao que o trabalho proporciona para eles no atual momento, mesmo sendo constituídos como o grupo inserido no maior contexto de instabilidade empregatícia aqui analisado.

Esta evidência leva a inferir que, apesar da ausência de proteção trabalhista e da marcante presença de aspectos precarizantes característicos da flexibilização do trabalho por aplicativo, a atividade de motorista é revestida de alta relevância por atender às necessidades imediatas dos indivíduos, proporcionando-lhes a possibilidade de emprego e uma aparente autonomia dentro de um mercado de trabalho consideravelmente instável como o brasileiro.

Diante do exposto, comprovou-se que os três grupos de trabalhadores aqui analisados conferiram significados positivos ao que o trabalho proporciona para eles, corroborando com o estudo de Salanova et al. (1996) e Oliveira et al. (2021). Entretanto, foram percebidas distinções relevantes entre os grupos, tendo em vista que somente os servidores públicos mencionaram aspectos relativos à “**tranquilidade**”, característica marcante no contexto de indivíduos imersos em contextos de trabalho mais estáveis, revelando o quanto esse fator constitui-se marcante para essa categoria de entrevistados. Já fatores como “**conhecimento**” e “**aprendizado**” foram pautados somente pelos servidores públicos e industriários, levando a inferir que os motoristas de aplicativo não experienciam tais práticas na sua rotina laboral. Dessa forma, seria o

trabalho como motorista de aplicativo limitador do desenvolvimento do capital humano dos indivíduos, levando-os a níveis cada vez mais baixos de empregabilidade diante de um mercado de trabalho tão desafiador?

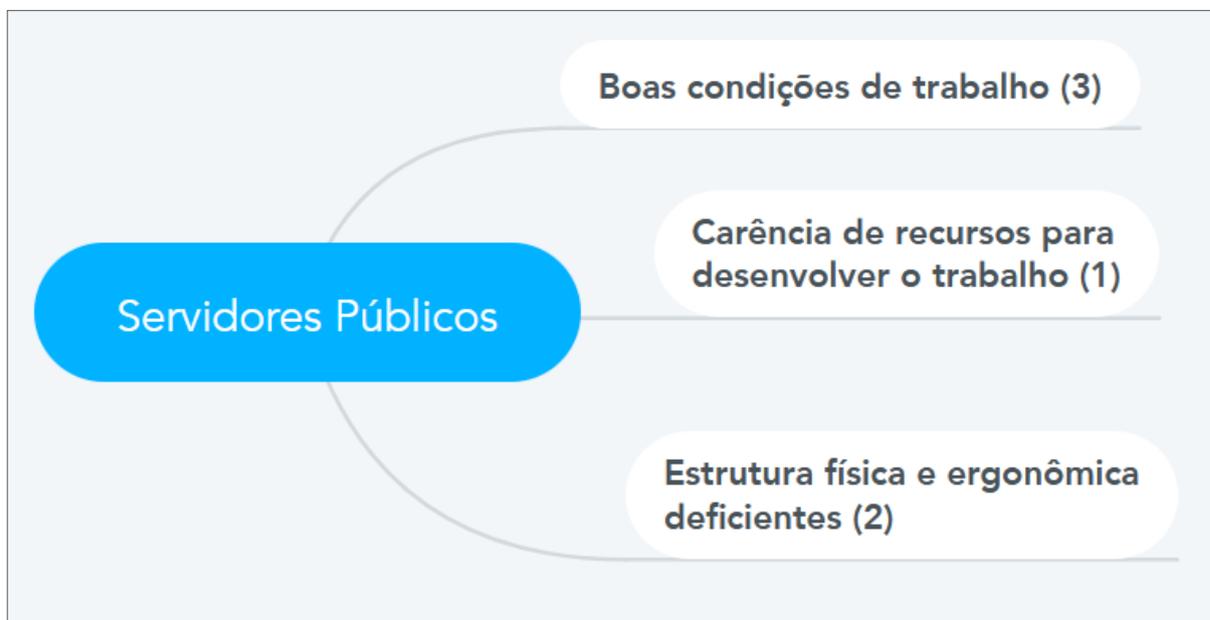
Ademais, é importante destacar que aspectos como “**elevação moral**” e “**dignidade**” também foram elementos citados somente pelos servidores públicos e industriários, o que leva a induzir que são indivíduos que estão com elevada autoestima em relação ao seu trabalho do mesmo modo que possuem consciência do próprio valor. Deste modo, compreende-se que uma relação de trabalho mais estável e que, de certo modo, ampara e favorece mais suporte ao trabalhador propicia a manifestação dessas características, tendo em vista que os motoristas de aplicativo não citaram percepções similares.

Contudo, fatores como “**alegria**” e “**diversão**” foram citados somente pelos motoristas de aplicativo. Desta forma, infere-se que os motoristas de aplicativo tendem a ressignificar o trabalho, por vezes desgastante e instável, tendo em vista a necessidade de conferir ao seu labor um propósito além do financeiro. Entretanto, a respeito disso, emerge-se o seguinte questionamento: teria a empresa Uber a capacidade de vender aos seus motoristas a conveniente ideia de que o engajamento na plataforma e a prática do trabalho de motorista podem ser vislumbrados como uma atividade divertida, mesmo com o claro antagonismo de estar imerso em um contexto significativamente precarizante? Assim, podemos observar a alegria e diversão aqui relatadas como a possível ideia mascarada de um empreendedorismo irreal, onde na realidade o trabalhador é encarregado solitariamente da sua atuação enquanto gere a si próprio ao mesmo tempo em que permanece subordinado aos algoritmos obscuros da empresa.

Percepções sobre as condições de trabalho

Esta subseção propôs-se a analisar como os indivíduos pesquisados responderam a questões relativas à condição do trabalho, de acordo com cada categoria. Desta forma, aqui tem-se a finalidade de explorar as percepções sobre as condições de trabalho nos quais cada categoria de indivíduo é submetida.

Portanto, verificou-se que para três dos servidores públicos pesquisados (trabalhadores da área da tecnologia da informação e policial rodoviário federal), as condições de trabalho são muito “**boas e adequadas**” e para os outros três (assistente de gestão em educação superior, fiscal de atividades urbanas e agente administrativo) são inapropriadas e improdutivas, havendo “**carência de recursos para desenvolver o trabalho**” e “**estrutura física e ergonômica deficientes**”, conforme Figura 1.

Figura 1 - Percepções sobre condições de trabalho - Servidores Públicos.

Fonte: Elaborada a partir dos dados da pesquisa.

À vista disso, observou-se que mesmo indivíduos pertencentes à mesma categoria vivenciam diferentes condições de trabalho, evidenciando desigualdades mesmo entre os servidores públicos, grupo categorizado como de maior nível de estabilidade neste estudo. Entretanto, é importante destacar que, mesmo não sendo o objeto deste estudo a comparação entre as esferas públicas e como estas investem em condições adequadas de trabalho, os três entrevistados que relataram possuir boas condições laborais tratam-se de servidores públicos da esfera federal, apontando que esta esfera do serviço público tende a investir em melhores condições de trabalho.

Desta forma, percebeu-se que os indivíduos que consideram suas condições de trabalho inadequadas e carentes de recursos, em sua maioria são pertencentes à esfera municipal, assim como foram aqueles que trabalham em atividades administrativas vinculadas à educação ou na fiscalização de atividades urbanas, impelindo que os órgãos de educação nos quais são vinculados, bem como o órgão de fiscalização municipal onde trabalha a entrevistada SP3 não investem em recursos e estruturas físicas suficientemente, como pode ser observado no seu relato:

Pra você ter uma ideia, na nossa sala o ar-condicionado vive quebrando, então condições de conforto eles nos dão o mínimo do mínimo pra gente, a gente até um pouco se sente meio desvalorizado, porque eu duvido que a sala de um gestor não se conserta um ar-condicionado na hora, então a gente se sente desvalorizado e desmotivado (Entrevistada SP3).

Portanto, aqui observa-se a fragilização e vulnerabilidade citadas por Castel (2003) ao ser evidenciado que mesmo aqueles trabalhadores que possuem um vínculo empregatício regular e constante, como servidores públicos, dispõem de fatores precarizantes nas suas condições de trabalho.

Ademais, os sujeitos que desenvolvem suas atividades em organizações de tecnologia da informação, assim como o entrevistado que atua como policial rodoviário federal ressaltaram trabalhar em condições satisfatórias para a atividade. Há de se destacar que organizações de tecnologia da informação detêm o reconhecimento de prezar pela manutenção das condições ambientais, ergonômicas e de saúde de seus colaboradores, demonstrando, desta forma, que diferentes segmentos dentro do funcionalismo público podem vir a tratar das condições de trabalho de maneira diferenciada, fator este evidenciado aqui pelos órgãos federais.

Deste modo, identificou-se neste grupo de trabalhador elementos constituintes de trabalho precarizado, principalmente vinculadas à inadequação de estrutura física e escassez de recursos materiais para que o servidor público exerça suas funções. Tal resultado revela que o servidor público, mesmo estando inserido num contexto de trabalho configurado como “seguro” não está à parte do fenômeno da precarização. Este achado corrobora com o estudo de Castel (2003), Gomes et al. (2012) e Druck (2016), nos quais destacam que o aumento do trabalho precarizado não se distancia da classe trabalhadora caracterizada como estável.

Dito isso, os resultados revelaram que, no grupo de servidores públicos, a precarização do trabalho está relacionada a condições ambientais inadequadas como estrutura física deficiente e escassez de recursos para o desempenho da atividade. Tal resultado denota que o servidor público, mesmo estando inserido num contexto de trabalho configurado como “estável” não está à parte do fenômeno da precarização, corroborando com Castel (2003) e Gomes et al. (2012), fator este que atualmente pode ser agravado pela intensificação da terceirização, assim como pelo anúncio de medidas de desestatização indicadas pelo governo brasileiro no período em que as entrevistas foram realizadas.

Também é importante ressaltar que os indivíduos pertencentes ao mesmo grupo, como o de servidores públicos, revelaram experienciar diferentes desafios em relação às condições de trabalho, evidenciando desigualdades mesmo na categoria de maior nível de estabilidade neste estudo, mostrando que a maneira como as condições de trabalho são tratadas pelos órgãos públicos pode variar, a depender da esfera pública, importância, recursos e outros fatores atribuídos. Já quando os industriários foram questionados sobre as condições de trabalho nas quais são sujeitos, os indivíduos ID1, ID2, ID3 e ID4 foram enfáticos em afirmar que trabalham em “condições adequadas” (Figura 2) devido ao uso dos Equipamentos de Proteção Individual (EPI’s) fornecidos pela empresa, autonomia no desempenho da tarefa, boas refeições e condições de climatização, como pode ser ilustrado pelo relato do entrevistado ID2:

As minhas condições de trabalho são boas, o trabalho que eu exerço tem algumas questões de ruído, questões de poeira, periculosidade existem, mas a empresa se preocupa com o que você utiliza, os EPI’s necessários [...] sempre ali tem equipe de segurança do trabalho que fica fiscalizando, orientando os funcionários (Entrevistado ID2).

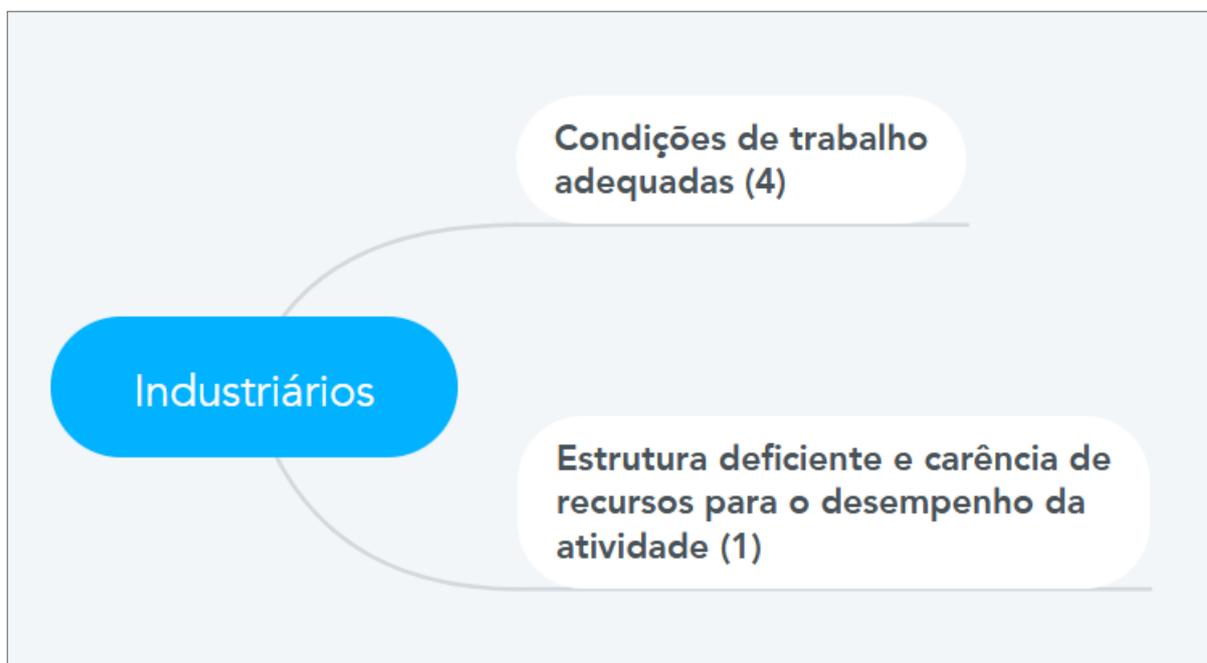
Entretanto, ID5, trabalhador da indústria petrolífera, diferiu dos demais industriários ao destacar que suas condições de trabalho são degradantes, pois há “**carência**

de recursos para o desempenho da atividade”. Deste modo, esse entrevistado menciona que:

Hoje as minhas condições de trabalho estão totalmente degradadas, é como eu falei essa grande empresa que tem um grande histórico, através de políticas de mercado ela foi sendo moldada para atender interesses que é a maximização de lucro [...] isso vai expondo a gente a situações de trabalho altamente perigosas, degradantes, né, vai trazendo um sentimento de tristeza pra gente (Entrevistado ID5).

O entrevistado ainda destacou que é muito difícil para o trabalhador *offshore* ser submetido a uma alimentação insatisfatória e escassez de equipamentos adequados.

Figura 2 - Percepções sobre condições de trabalho - Industriários.



Fonte: Elaborada a partir dos dados da pesquisa.

Este resultado corrobora com a pesquisa de Trovão e Araújo (2018) na qual afirmam que o poder das empresas atualmente ganhou significativa força e que, conseqüentemente, favoreceu a criação de condições claramente desfavoráveis para os indivíduos desempenharem suas atividades conforme pontua Ciambalista (2006).

Ademais, percebeu-se que, para a grande parte dos trabalhadores da indústria, as condições de trabalho às quais são submetidos são boas e adequadas. Dito isto, percebeu-se que, neste ponto, servidores públicos e industriários divergiram. Desse modo, pode-se inferir que as indústrias nas quais estes últimos trabalham tendem a investir com mais dedicação à adequação das condições de trabalho oferecidas aos sujeitos, já que são reguladas pelas exigências do mercado, pela busca da qualidade e pelo contexto competitivo.

Entretanto, é importante destacar que, assim como para os servidores públicos, percebeu-se também no grupo de industriários diferentes níveis de precarização das condições de trabalho, fator este que leva à compreensão de que a depender da organização e de suas práticas e investimentos em condições de trabalho adequadas, estas podem variar mesmo que sejam pertencentes ao mesmo setor produtivo.

Quando os motoristas de aplicativo da Uber foram questionados em entrevista sobre as condições de trabalho nas quais são submetidos, foram unânimes ao relatar que não estão satisfeitos com as condições vivenciadas. Segundo representado pela Figura 3, o fator mais referenciado pelos motoristas pesquisados foi “**segurança pública deficiente**” seguida de “**falta de suporte da organização**”.

Figura 3 - Percepções sobre condições de trabalho - Motoristas de Aplicativo



Fonte: Elaborada a partir dos dados da pesquisa.

Desta maneira, pode-se perceber que os aspectos positivos evidenciados nos resultados sobre concepções do trabalho deste estudo contradizem-se com os indicativos agora analisados. Aqui consegue-se perceber, claramente, como os indivíduos deixam-se, por vezes, serem orientados pela falsa ideia de empreendedorismo e autonomia vendidos pela Uber. Autonomia esta que, segundo Abílio (2020), oculta a evidente desobrigação das empresas em oferecer proteção e garantias sobre os trabalhadores, fazendo dissipar das relações de trabalho direitos até então conquistados.

Conforme o motorista de aplicativo EC1 a Uber deveria estabelecer critérios mais rigorosos para o cadastro dos passageiros; pois para ele, há rigor somente no cadastro dos motoristas. Isso também denota a pouca preocupação da empresa com os motoristas, sinalizando o quanto a organização ainda precisa investir na segurança de seus colaboradores, corroborando, desta forma com o estudo de André et al. (2019) no qual observou-se que os motoristas compreendem estarem inseridos em um contexto degradante por questões que não estão no seu domínio. O trabalhador EC2 revelou com mais precisão suas precárias condições de trabalho ao relatar que

as circunstâncias às quais são submetidos são “péssimas, as piores possíveis. Há risco de assalto, abuso de passageiro, preço baixo, a prefeitura perseguindo a gente, quando não é o ladrão é a prefeitura, quando não é a prefeitura é a empresa”.

Sobre as condições de trabalho o Entrevistado EC4 relatou que:

A Uber não dá condição nenhuma para o motorista de aplicativo. A Uber é uma empresa que ela só quer lucrar, entendeu. Tem muitos motoristas aí que são dedicados por aí que trabalhar 14, 15h por dia. Aí o cara tem que trocar o óleo de 15 em 15 dias do tanto que ele roda, entendeu? É só custo, custo, custo (Entrevistado EC4).

Segundo Antunes (2018), o fenômeno da “uberização” trata-se de um recente exemplo de nova modalidade de trabalho marcado pela instabilidade, insegurança, imprevisibilidade de horas a cumprir e ausência de direitos assegurados. Corroborando com tal afirmação, a pesquisa de André et al. (2019) aponta as várias características do trabalho precário vivenciado pelos motoristas de aplicativo, identificados como: renda baixa, exploração e jornada de trabalho excessiva.

Por fim, verificou-se que, assim como nos servidores públicos e em menor grau nos industriários, foram percebidos elementos precarizantes relativos ao trabalho do motorista de aplicativo, principalmente relacionado ao problema de segurança pública da cidade, carência de suporte e infraestrutura. Pôde-se identificar que esta é a categoria onde verificou-se maior incômodo do trabalhador com as condições de trabalho, seguidos dos servidores públicos e industriários, respectivamente. Assim, pode-se compreender que esta evidência própria dos motoristas de aplicativo diante das demais categorias pode ser acentuada pela compulsoriedade dos custos e de grande parte do gerenciamento do trabalho outorgada aos próprios indivíduos, fator este não observado nos demais grupos estudados, além da baixa remuneração, insegurança e excessivas jornadas de trabalho elencadas por Abílio (2020).

Este resultado evidencia que o processo de precarização do trabalho é identificado com mais frequência em relação ao trabalho informal; revelando, assim, que neste emergente formato de precariedade laboral camuflado pela aparente suposição de autonomia (Abílio, 2020) oculta uma atividade desamparada de direitos na qual alveja não somente o trabalhador em si e sua busca diária por remuneração, mas seus sonhos, sua dignidade, atingindo toda a sua família e sociedade.

Desta maneira, também é importante destacar que mesmo nos servidores públicos analisados neste estudo identificam-se condições de trabalho precário, observando que, no Brasil, essa categoria de trabalhador vem sendo gradativamente prejudicada pela ausência de investimentos e desvalorização do funcionalismo, expressos segundo Druck (2013, 2016) pelas reformulações dos planos de carreira, nas reformas da previdência social, nos salários defasados – principalmente nas áreas da educação e saúde, na escassez de políticas de qualificação e treinamento e na falta de incentivos morais e materiais. Traesel e Merlo (2014) salientam que a precarização do trabalho no serviço público revela-se, especialmente, no sofrimento relativo às metas extenuantes e sobrecarga de trabalho.

Assim, Antunes (2018) enfatiza que diante desta nova configuração de trabalhadores vinculados a empregos imersos na precarização, o trabalho em sua

forma de ser apresenta-se de maneira contraditória, tendo em vista que mesmo identificando elementos precarizantes na sua atividade, o indivíduo se submete a tal por considerar que é melhor configurar-se como um empregado precarizado do que como um indivíduo desempregado.

Considerações finais

Este estudo analisou como empregados pertencentes a diferentes setores produtivos e níveis de estabilidade percebem aspectos relacionados às condições de trabalho.

Pode-se depreender, a partir da análise dos dados coletados nesta pesquisa, que mesmo os servidores públicos, categorizados como pertencentes ao contexto de trabalho configurado pela estabilidade de vínculo, percebem aspectos precarizantes na sua rotina laboral para o desempenho da atividade. Assim, o grande sonho de trabalhar para o governo pode tornar-se decepcionante e oneroso para alguns ingressantes da carreira pública que se deparam com a realidade de condições de trabalho adversas àquelas vislumbradas para uma carreira. Faz parte do imaginário geral dos candidatos a pleitear um cargo público que todas as suas necessidades sejam atendidas com o ingresso no serviço público, entretanto, este estudo demonstrou que, tanto quanto em outros segmentos, a esfera pública não está isenta da possibilidade de sucateamento das condições e relações de trabalho.

Outrossim, observou-se que o grupo dos industriários não se encontra isento do fenômeno da precarização, entretanto para um segmento específico (petrolífero) observou-se maior descontentamento. Desta forma, concluiu-se que o investimento em práticas de manutenção e melhorias de condições laborais tende a variar entre as organizações, o que gera a possibilidade para que futuros estudos aprofundem-se nesta questão.

Já para os motoristas de aplicativo este estudo observou-os como sendo o grupo com maior descontentamento das condições de trabalho, corroborando com pesquisas anteriores onde a precarização do trabalho é, em grande parte, identificada em relação ao trabalho informal. Desta forma, o emergente formato de precariedade laboral camuflado pela aparente sensação de autonomia oculta uma atividade desamparada de direitos na qual alveja não somente o trabalhador em si e sua busca diária por remuneração, mas seus sonhos, sua dignidade, atingindo toda a sua família e a sociedade.

É importante destacar que houve contradição na percepção dos entrevistados no que diz respeito às condições de trabalho nas quais são submetidos e os fatores positivos evidenciados ao relatarem o significado do trabalho para eles, quais são: satisfação pessoal e profissional; conhecimento; sustento da família; tranquilidade; elevação da moral; amizade e a possibilidade de outras perspectivas pessoais e profissionais (para servidores públicos); aprendizado, satisfação; reconhecimento e dignidade (para industriários); e flexibilidade de horário, diversão, alegria, oportunidade de conhecer pessoas, oportunidade de construir amizades, oportunidade de conhecer a cidade; e principal renda (para motoristas de aplicativo).

Ademais, também é relevante realçar que tanto sujeitos pertencentes a categorias trabalhistas mais estáveis, como aqueles que trabalham em realidades laborais distantes do assalariamento formal mencionaram significados positivos quanto aos seus trabalhos e ao que ele proporciona em suas vidas, desta forma, concluiu-se que o nível de estabilidade não influenciou este resultado, o que se configura como um achado não esperado desta pesquisa.

Desta forma, induz-se que, mesmo que os três grupos de sujeitos tenham identificado aspectos precarizantes na sua jornada laboral, esses ainda percebem elementos positivos e edificantes na sua rotina como forma de vantagem frente ao atual mercado de trabalho instável e competitivo, o que corrobora com outros estudos nos quais mencionam que o trabalho pode revelar-se de maneira contraditória, ao considerar que mesmo aquele trabalhador que identifica elementos de um trabalho precarizado em sua atividade submete-se a tal por julgar que é melhor caracterizar-se como um empregado precarizado do que como um indivíduo desempregado.

Como contribuições pode-se destacar que o estudo buscou ampliar as discussões sobre o contexto de trabalho brasileiro no que tange as condições laborais nas quais os trabalhadores são submetidos e que, independente do setor produtivo, políticas públicas e legislativas devem ser criadas visando a proteção e defesa do trabalhador reduzindo a degradação e precarização das suas condições de trabalho, tendo em vista que atendidos estes critérios contribui-se significativamente para a saúde e bem-estar do indivíduo, favorecendo o desenvolvimento de suas capacidades humanas e profissionais concorrendo com o desenvolvimento social e econômico.

Apesar de preencher uma importante lacuna de estudos empíricos qualitativos nacionais sobre a precarização do trabalho entre categorias de trabalhadores pertencentes a contextos laborais distintos, foram identificadas algumas limitações para o desenvolvimento desta pesquisa, pois muitos dos motoristas não se dispunham a conceder as entrevistas por conta do grande fluxo de chamadas e corridas solicitadas, assim como a variedade de cargos verificados tanto nos servidores públicos quanto nos industriários produziu uma visão ampla e genérica sobre o fenômeno investigado, desta forma sugere-se que futuras pesquisas sejam realizadas com grupos específicos do mesmo cargo para todos os setores produtivos analisados.

Para posteriores estudos, sugere-se a utilização de diferentes estratégias de pesquisa de natureza qualitativa como grupo focal, observação participante e estudos de caso, assim como o estudo em outros contextos de labor com outras categorias de trabalhadores.

Referências

Abílio, L. C. (2020). Uberização: a era do trabalhador *just-in-time*?. *Estudos avançados*, 34, 111-126.

Abílio, L. C. (2017). Uberização do trabalho: subsunção real da viração. *Passa palavra*, 19.

- Abílio, L. C., Amorim, H., & Grohmann, R. (2021). Uberização e plataformização do trabalho no Brasil: conceitos, processos e formas. *Sociologias*, 23, 26-56.
- André, R. G., da Silva, R. O., & Nascimento, R. P. (2019). “Precário não é, mas eu acho que é escravo”: análise do trabalho dos motoristas da uber sob o enfoque da precarização. *Revista Eletrônica de Ciência Administrativa*, 18(1), 7-34.
- Antunes, R. (2009) O trabalho, sua nova morfologia e a era da precarização estrutural. *Revista Theomai*, 19, 47-57.
- Antunes, R. (2011). Os modos de ser da informalidade: rumo a uma nova era da precarização estrutural do trabalho?. *Serviço Social & Sociedade*, 405-419.
- Antunes, R. (2018). *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviço na era digital*. Boitempo editorial.
- Antunes, R., & Alves, G. (2004). As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. *Educação & Sociedade*, 25, 335-351.
- Antunes, R., & Druck, G. (2015). A terceirização sem limites: a precarização do trabalho como regra. *O Social em Questão*, 18(34), 19-40.
- Antunes, R. & Filgueiras, V. (2020). Plataformas digitais, uberização do trabalho e regulação no capitalismo contemporâneo. *Revista Contracampo*, 39(1). Bardin, L. Análise de conteúdo. São Paulo: Ed. 70, 2011.
- Bastos, A. V. B., Pinho, A. P. M., & Costa, C. A. (1995). Significado do trabalho: um estudo entre trabalhadores inseridos em organizações formais. *Revista de Administração de Empresas*, 35, 20-29.
- Biernacki, P., & Waldorf, D. (1981). Snowball sampling: problems and techniques of chain referral sampling. *Sociological Methods & Research*, 10(2), 141-163.
- Braunert, M. B., & Figueiredo, I. S. (2021). Dimensões da terceirização e precariedade do trabalho no setor elétrico brasileiro. *Caderno CRH*, 34.
- Castel, R., & Beland, D. (2003). L'insécurité sociale: qu'est-ce qu'être protégé?. *The Canadian Review of Sociology*, 41(1), 88.

- Cezário, M. B. D. O., & De Araújo, W. M. (2021). A precarização das relações de trabalho: o caso Uber e a subordinação estrutural. *Brazilian Journal of Development*, 7(3), 23.544-23.562.
- Choi, H. W., Kim, Y. K., Kang, D. M., Kim, J. E., & Jang, B. Y. (2017). Characteristics of occupational musculoskeletal disorders of five sectors in service industry between 2004 and 2013. *Annals of Occupational and Environmental Medicine*, 29(1), 1-9.
- Cimbalista, S. (2007). Sufrimiento: los significados adversos de las condiciones de trabajo en el sistema de producción flexible. *Universitas Psychologica*, 6(1), 69-78.
- Collis, J. & Hussey, R. (2005). *Pesquisa em Administração*. Porto Alegre: Bookman.
- De Almeida, L. B., Vieira, E. R., Zaia, J. E., Oliveira Santos, B. M. de, Lourenço, A. R. V., & Quemelo, P. R. V. (2017). Musculoskeletal disorders and stress among footwear industry workers. *Work*, 56(1), 67-73.
- De Freitas, A. C. D. O., Rostas, M. H. S. G., & Rostas, G. R. (2022). A precarização do trabalho do tutor virtual na educação a distância: reflexões sobre essa forma atípica e flexível de trabalho. *Revista Cocar*, 17(35).
- Do Nascimento, R. L., Santos, A. S. L., de Lima, T. C. B., & Pinho, A. P. M. (2019). O sentido do trabalho para o agente funerário. *Revista de Ciências da Administração*, 21(53), 112.
- Duarte, C. B. (2016). Dinâmica da Informalidade e dos Rendimentos do Trabalho no Brasil nos anos 90 e 2000. *Anais*, 1-18.
- Druck, G. (2016). A terceirização na saúde pública: formas diversas de precarização do trabalho. *Trabalho, educação e saúde*, 14, 15-43.
- Druck, G. (2013). A terceirização no setor público e a proposta de liberalização da terceirização pelo PL 4330. *Jornal dos Economistas*, 11-13.
- Fonseca, J. M. D., Lima, S. M. L., & Teixeira, M. (2021). Expressões da precarização do trabalho nas regras do jogo: organizações sociais na Atenção Primária do município do Rio. *Saúde em Debate*, 45, 590-602.
- Forkert, K., & Lopes, A. (2015). Unwaged posts in UK universities: controversies and campaigns. *TripleC: Communication, Capitalism & Critique. Open Access Journal for a Global Sustainable Information Society*, 13(2), 533-553.

- Gomes, D. C., Silva, L. B., & Sória, S. (2012). Condições e relações de trabalho no serviço público: o caso do governo Lula. *Revista de Sociologia e Política*, 20, 167-181.
- Krein, J. D., Abílio, L., Freitas, P., Borsari, P., & Cruz, R. (2018) Flexibilization of work relations: insecurity for workers. *Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região*, 52.
- Kalleberg, A. L. (2009). O crescimento do trabalho precário: um desafio global. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 24, 21-30.
- Lima, A. M. S. (2020). Os impactos da globalização no mundo do trabalho. *Revista Terra & Cultura: Cadernos de Ensino e Pesquisa*, 20(39), 32-49.
- Mason, M. (2010). Sample size and saturation in PhD studies using qualitative interviews. In *Forum qualitative Sozialforschung/Forum: qualitative social research*, 11(3).
- Maimaiti, N., et al. (2019). Cervical musculoskeletal disorders and their relationships with personal and work-related factors among electronic assembly workers. *Journal of Safety Research*, 71, 79-85.
- Minayo, M. C. S. (2017). Amostragem e saturação em pesquisa qualitativa: consensos e controvérsias. *Revista Pesquisa Qualitativa*, 5(7), 1-12.
- Nunes, T. S., Gonçalves, J., Schweitzer, L., Tolfo, S. D. R., & Espinosa, L. M. C. (2019). Sentidos e significados do trabalho para servidores públicos da Universidade Federal de Santa Catarina. *Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)*, 24, 379-398.
- Nunes, T. S., Gonçalves, J., & Torga, E. M. M. F. (2022). Precarização e função social: análise dos significados do trabalho de docentes da pós-graduação. *Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)*, 27, 68-90.
- Oliveira, K. P. D., Paula, M. T. M. S. D., Paiva, L. R. D. O., Andrade, K. O. F., & Coura, É. R. (2021). A estabilidade no setor público brasileiro: o que pensam os servidores públicos? *Revista de Carreiras e Pessoas*, 11(2).
- Pinho, A. P. M. (2009). *Comprometimento, entrincheiramento e consentimento organizacionais: uma análise destes vínculos, entre gestores e trabalhadores*,

de diferentes organizações (Tese de Doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Salvador.

Previtali, F. S., & Fagiani, C. C. (2020). Trabalho e trabalho docente na educação básica em tempos precarização no Brasil. *Controversias y Concurrencias Latinoamericanas*, 11(20), 223-240.

Salanova, M.; Gracia; F. J., & Preiró, J. M. (1996). Significado del trabajo y valores laborales. *Tratado del Psicología del Trabajo: Aspectos Psicosociales del Trabajo*, 35.

Sato, L. (2011). *Psicologia e trabalho: focalizando as "profissões ignoradas"*. Psicologia social e seus movimentos: 30 anos de ABRAPSO.

Silva, A. M. (2019). A uberização do trabalho docente no Brasil: uma tendência de precarização no século XXI. *Revista Trabalho Necessário*, 17(34), 229-251.

Souza, S. A. D., & Moulin, M. D. G. B. (2014). Serviço público: significados e sentidos de um trabalho em mutação. *Cadernos de Psicologia Social do trabalho*, 17(1), 49-65.

Standing, G. (2013). *O precariado: a nova classe perigosa*. Belo Horizonte: Autêntica Editora.

Traesel, E. S., & Merlo, Á. R. C. (2014). "Somos sobreviventes": vivências de servidores públicos de uma instituição de seguridade social diante dos novos modos de gestão e a precarização do trabalho na reforma gerencial do serviço público. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 17(2), 224-238.

Trovão, C. J. B. M., & Araújo, J. B. (2018). Transformations in the labor market and the Brazilian experience after labor reform of 2017. *Research, Society and Development*, 7(12).